

Resumo

O objetivo do artigo é sugerir que uma leitura sistemática da *Crítica do Juízo* de Kant, ou seja, uma leitura que aponta para as articulações entre as diversas partes que constituem a obra, é também a mais propícia para mostrar as implicações ideológicas da filosofia kantiana em seu embate com a metafísica clássica.

Palavras-Chave: Belo – Finalidade – Juízo – Natureza.

Abstract

The paper aims at suggesting that a systematic reading Kant's *Critique of Judgement*, that is to say, one that may be able to detect the articulations between the book's different parts, is also the most appropriate to show the ideological implications of Kant's philosophy in its revaluation of classical metaphysics.

Key Words: Beauty – Finality – Judgement – Nature.

Resenha

HOWARD CAYGILL, *Dicionário Kant*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, 353 páginas. Tradução de Álvaro Cabral. Revisão Técnica de Valério Rohden¹.

Vinicius de Figueiredo (Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Paraná/UFPR)

Dicionários de filosofia são obras heterodoxas. É que são livros sem enredo, e, ao substituírem a leitura pela consulta e a análise da obra por sua nomenclatura, retiram os conceitos de seu domicílio natural. Vá lá que sejam úteis como instrumentos para auxiliar a leitura. Ainda assim, apóiam-se em uma premissa questionável: é legítimo indexar conceitos sem levar em conta o aspecto formal, o fundo estilístico sob o qual eles foram apresentados pelo autor em pauta?

É uma questão que se impõe a todo bom dicionarista, cujas chances de êxito passam a depender, assim, de sua capacidade de trazer os pressupostos do seu gênero para o campo da filosofia. Exigência que era satisfeita de partida pelos pioneiros da lexicografia neste terreno. Bayle (*Dicionário histórico e crítico*, 1696), assim como adiante Voltaire (*Dicionário filosófico de bolso*, 1764), viram nos verbe-

tes a ocasião para digressões filosóficas em torno de significações cujo emprego deixara de ser monopólio das instituições eclesásticas para difundirem-se junto ao público constituído com o advento do iluminismo. Nesse contexto, o dicionário procurava sistematizar e criticar um léxico em vias de laicização, absorvendo questões de ciência, teologia, metafísica e belas-artes no registro único da cultura. Sua forma, como ilustra o título que Voltaire dá ao *Dicionário* na edição de 1769, destinava-se a formar o cidadão esclarecido: *A razão por alfabeto*.

No início do século XIX, porém, altera-se o quadro. De época da crítica, o Esclarecimento passou a ser matéria de crítica; paralelamente, a filosofia assumiu a forma privilegiada de ofício universitário, tornando-se assunto de especialistas. Aproximando-se da filologia e da história, sua organização acadêmica ensejou o advento de outro tipo de lexicógrafo, pautado menos pelo intuito emancipador dos precursores do que pelo rigor do analista, ao qual se viu subitamente atrelada a figura do próprio filósofo. Incumbido de especular sempre a partir dos sistemas legados pela tradição, o pensador, afora as exceções de praxe, viu-se compelido a substituir a invenção e o debate aberto pela exegese. Ao invés de contrapor à doutrina da verdade o ecletismo da crítica, como havia sido regra no século XVIII, a palavra de ordem,

¹ Uma versão reduzida desta resenha foi publicada na *Folha de São Paulo*, "Jornal de Resenhas" nº 71 (10/02/2001).

agora, era trazer à luz a verdade da doutrina. Daí o progressivo prestígio adquirido pelo comentário dos grandes sistemas, cujo acerto passava a depender do difícil equilíbrio entre manter-se fiel ao autor examinado e, ao mesmo tempo, reordenar seus conceitos de modo a promover a divulgação de sua obra. Foi por essa época que o professor de filosofia passou a fazer genealogia das idéias, preparando o aparecimento do glossário filosófico moderno. Assim, um pouco antes de Hegel instituir um elo indissolúvel entre filosofia e história da filosofia, surgia a primeira geração de dicionaristas com este novo perfil, dentre os quais dois dedicados a Kant: Mellin (*Dicionário enciclopédico da filosofia crítica*, 1797) e Schmid (*Dicionário para uso facilitado das obras kantianas*, 1798). Ambos constituem, junto com biógrafos como Borowski e editores do peso de Pöhlitz, os precursores da *Kantsforschung*.

Hoje, consumida a massificação do ensino universitário, há certo consenso editorial de que todo autor digno desse nome merece seu léxico. Contudo, como sugere a história do gênero do século XIX para cá, esse empreendimento é ambíguo. De um lado, a intervenção do lexicógrafo é requerida pela academia, no interior da qual sucessivas gerações de *scholars* se debruçam sobre os clássicos. De outro, quanto mais a significação dos conceitos é buscada *no texto*, mais artificial parece tornar-se a obra do dicionarista. Pois como apreender os conceitos tratando-os como idéias fora do lugar? O *Kant-Lexicon*, publicado por Eisler em 1930, ilustra bem o impasse: obra monumental de sistematização do vocabulário

kantiano, ela retém o movimento tortuoso das digressões de Kant em favor da exatidão das definições, buscando isolar, nas exposições do autor, o maior número de passagens aptas a fornecer ao leitor a coerência do campo conceitual concernido pelo termo apresentado. Tudo se passa como se, com sua intervenção, o dicionarista aplicasse um filtro à filosofia kantiana, depurando-lhe o estilo: o relevante termina sendo obtido por redução. Daí certa impressão de que a estratégia lexicográfica adotada por Eisler a fim de responder aos dilemas que pesam sobre o gênero nos ofereça um sistema mais coeso do que, às vezes, deixa entrever o próprio texto kantiano.

Na medida em que isto é possível, Howard Caygill procede na direção inversa. Consciente das dificuldades que cercam a idéia de uma nomenclatura filosófica, incorpora-as no partido formal que assume em seu dicionário. Para isso, descarta a idéia de alistar conceitos como elementos fixos, privilegiando, ao contrário, “o caráter problemático, exploratório” da maneira de filosofar característica de Kant. Esta atenção para o itinerário que os conceitos trilham no *opus* kantiano já estava presente em Eisler, mas não com tanta ênfase. Cada verbete listado por Caygill ocasiona uma reconstrução da “história do problema” do termo indexado, que põe em primeiro plano o “curso da reflexão” kantiana no interior do qual a significação dos conceitos relacionados com ele vem à tona. Muitos dos títulos começam por uma referência ao emprego que o termo dispunha antes de Kant. Em seguida, Caygill dá seu significado no *corpus*

kantiano, assinalando suas principais ocorrências. Em muitos casos, há um terceiro nível de análise, no qual, sucintamente, são indicados os desdobramentos que o conceito em pauta adquiriu após Kant. O resultado é que a ênfase sobre o caráter *perturbador* da filosofia kantiana (que, diz Caygill no Prefácio, o impressionou em sua primeira leitura do filósofo alemão) não compromete o rigor das explicações e a abrangência da matéria que é legítimo esperar de um glossário.

Um exemplo: “estética”. Caygill inicia apontando o uso corrente dessa palavra na filosofia alemã do século XVIII, reportando-se a Baumgarten. Recordamos, neste prólogo, que a *Estética* (1750-58) baumgartiana significou uma correção no rumo da filosofia de Wolff, cujo matiz racionalista assimilara a sensibilidade ao âmbito das percepções confusas. Passa, então, para o significado que Kant confere à “*aisthesis*” na *Crítica da razão pura*, que a priva de toda significação artística. Comenta, em seguida, que, na *Crítica da Faculdade do Juízo*, Kant orienta a significação de *estética* para a crítica do gosto, alongando-se nas consequências que essa retomada do problema do belo e do sublime em chave transcendental traz para o interior da economia das três *Críticas*. Por fim, discute brevemente a herança do acomodamento kantiano do termo *estética* em Schiller, Schelling e Hegel, para, no último parágrafo do verbete, mencionar, dentre outros, Adorno e Arendt como autores contemporâneos marcados pela contribuição kantiana ao tema.

Embora geralmente exígua, a menção à história que o conceito averbado

possui antes e depois de Kant é muito útil, na medida em que fornece referências bibliográficas importantes para o eventual aprofundamento pelo leitor. Além disso, através desse procedimento Caygill enfatiza a polissemia subjacente à intervenção realizada por Kant sobre um termo cuja gênese remonta a um estágio anterior a ela e cujos desdobramentos se prolongam para além dele. Essa polissemia, convém lembrar, opera no interior do próprio *corpus* kantiano – o que, longe de revelar negligência terminológica de Kant, se explica pelo caráter em boa parte aporético de sua investigação. Ao destacar esse aspecto, o dicionário de Caygill alinha-se junto daqueles intérpretes que, sem ignorar a vontade de sistema que impregna os textos kantianos, perceberam haver aí uma incessante oscilação entre doutrina e crítica, que sempre faz dos resultados obtidos matéria de novo questionamento. Temos em mente, por exemplo, o lugar de destaque conferido por B. Erdmann à doutrina das antinomias na formação do sistema kantiano, reafirmado, recentemente, por N. Hinske; ou a ênfase de G. Lehmann sobre o motivo crítico da filosofia kantiana, muitas vezes depreciado por interpretações focadas em seu motivo metafísico; ou a advertência feita por G. Lebrun de que, em Kant, os aspectos sistemático e aporético da filosofia andam juntos. O mesmo princípio de abordagem guia o *Dicionário Kant*. Ao propor ao leitor, em vez de definições isoladas, conceitos solidários em torno de um tema que muitas vezes não obtém sequer solução definitiva, Caygill consegue reproduzir, na medida admitida por um glossário, aqui-

lo que, conforme os exemplos de interpretação que mencionamos, constitui o estilo característico da reflexão kantiana.

Essa escolha não surpreenderá quem ler o ensaio “Kant e a ‘Época da Crítica’”, que, precedendo os verbetes, abre o volume. O texto desenvolve-se a partir do entrecruzamento de aspectos biográficos, culturais e políticos que cercaram a carreira do autor da *Crítica da razão pura*, enraizando suas opções filosóficas nas circunstâncias de sua produção e, sobretudo, de sua enunciação. Tal privilégio advém do tino histórico de Caygill, que, buscando sempre reinscrever Kant no programa de emancipação que foi a *Aufklärung*, segue as estratégias mobilizadas por ele a fim de levar adiante um processo que, em realidade, foi menos pacífico do que pode parecer a nosso olhar retrospectivo. Prova disso é o retrocesso que a ascensão de Frederico Guilherme II em 1786 representou para o uso público da razão, o qual, três anos antes, tivera sido saudado por Kant como base suficiente para a progressiva autonomia do gênero humano. Por referência a essas vicissitudes, Caygill aproxima-se de intérpretes – pense-se, por exemplo, em Domenico Lossurdo ou André Tosel – que, chamando a atenção para a existência de uma retórica subjacente à redação kantiana, nos advertiram sobre os riscos de transpor para a superfície de um tempo lógico e de uma filosofia sem mundo a letra de um texto impregnado por sua época. O que se traduz, aqui, na precaução de reaver, sob as diversas modalidades de leitura exigidas pelos textos de Kant, o destinatário a que se dirigem e o circuito – alargado, público letrado, privado – em que se inserem. É nada menos

que o tipo de unidade admitida por uma filosofia que atua em várias frentes o que se vê, dessa feita, concernido, o que não poderia deixar de repercutir no comentário dos termos averbados, pautado que é pela convicção de que os conceitos postos em circulação por Kant, embora não almejem o mesmo estatuto, se articulam entre si a partir dos imperativos da crítica.

O leitor encontrará na edição brasileira do *Dicionário Kant* uma tradução cuidada, no geral pautada pelo bom senso de buscar nas obras de Kant já traduzidas para o português as soluções mais adequadas para a terminologia técnica inerente a esse projeto. Certamente foi decisiva, neste sentido, a revisão técnica de Valério Rohden, que, como é sabido, além de tradutor da *Crítica da razão pura* (em parceria com Udo Moosburger) e da *Faculdade da Crítica do Juízo* (com Antonio Marques), dedica-se há anos com exemplar competência à interpretação e comentário da obra de Kant. Nem sempre, porém, o critério mencionado acima prevaleceu, o tradutor tendo sido, vez ou outra, mais fiel ao inglês do que ao alemão já aportuguesado pelas traduções existentes das obras kantianas. É o que ocorre, por exemplo, com a tradução de *Erscheinung* por *aparência* (em inglês, *appearance*), ou de *Triebfeder* por *incentivo*. Tudo somado, fato é que não cabe senão saudar a iniciativa da Jorge Zahar Editor que, com a publicação do *Dicionário Kant*, de Caygill, dá um passo significativo não apenas para a vernaculização da filosofia kantiana entre nós, como também para a difusão desta última a um público mais amplo que o formado pelos especialistas.

Doris Vera Hofmann, *Gewißheit des Fürwahrhaltens. Zur Bedeutung der Wahrheit im Fluß des Lebens nach Kant und Wittgenstein*, Quellen und Studien zur Philosophie, Band 49, Walter de Gruyter, Berlin, New York, 2000, 277 pp.

Nuno Venturinha

Bolseiro doutorando da Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Membro do Instituto de Filosofia da Linguagem da Universidade Nova de Lisboa

Gewißheit des Fürwahrhaltens. Zur Bedeutung der Wahrheit im Fluß des Lebens nach Kant und Wittgenstein (Certeza do ter-por-verdadeiro. Para o significado da verdade no fluxo da vida segundo Kant e Wittgenstein) de Doris Vera Hofmann constitui uma contribuição notável para os estudos kantianos e wittgensteinianos e, fundamentalmente, para uma compreensão da problemática da verdade em geral. Efectivamente, esta obra não é, tal como a autora o explicita, um comentário comparativo “histórico-filológico” [p. 5], mas uma investigação que, tendo como base os *corpora philosophica* destes dois pensadores, tem por fito indagar estruturas basilares dessa “noção-problema” (*sc.* verdade), na expectativa de que um confronto crítico entre Kant e Wittgenstein¹, a despeito da aparente distância especulativa que os separa [Cf., nomeadamente, pp. 1, 8, 9], permita uma “problematização” desse complexo temático, a partir de cuja

direcção se poderá extrair uma síntese relativamente a esse domínio aporético.

Hofmann começa por determinar o âmbito de sentido no qual compreende o conceito de verdade, dependendo este de um carácter “prático” e não “teorético”; *i. e.*, ao invés de se constituir como o limite positivo de uma relação cognitiva que tem como limite negativo a “falsidade” (como o produto de um “saber”), este labora como *fundação* de todas as operações empíricas, como *directriz* da *praxis* [p. 1; cf. p. 2]. Precisamente, trata-se neste estudo de considerar “a dimensão prática da filosofia ‘teorética’” kantiana e wittgensteiniana [p. 4; cf. p. 5], sendo o objectivo da autora “uma crítica do saber a partir do princípio do primado do prático (*Praktisch*)”, recorrendo, para “mote”, à identificação do *lógoV* feita por Goethe num passo do *Faust* (I), citado por Wittgenstein no *Über Gewißheit* (402): “...und schreiben getrost: ‘Im Anfang war die Tat.’” [p. 10 e p. 182; cf. pp. 7, 103, 127, 137, 152]

A obra colocada por nós sob foco analítico encontra-se organizada em dezasseis capítulos, subdivididos por vezes em vários pontos. O primeiro desses capítulos (“Das Hypnotikum Wahrheit”) apoia-se, sobretudo, em dois textos de Kant, *Von einem neuerdings erhobenen vornehmen Ton in der Philosophie* e *Verkündigung des nahen Abschlusses eines Tractats zum ewigen Frieden in der Philosophie*, ambos de 1796 [Cf. pp. 12-16], a partir dos quais Hofmann estuda a tendência generalizada da tradição fi-

¹ Na opinião de Hofmann, é o livro de Erik Stenius *Wittgenstein's Tractatus. A Critical Exposition of the Main Lines of Thought* de 1960 (consultado pela autora na edição da Cornell University Press, Ithaca, New York, 1960 e por nós em Thoemmes Press, Bristol, 1996) que no seu

capítulo XI, “Wittgenstein as a Kantian Philosopher”, pp. 214-226, inaugura o programa de investigação Wittgenstein-Kant [Cf. p. 5, nota 7]. Importantes referências bibliográficas concernentes aos trabalhos que se desenvolveram posteriormente são fornecidas subsequentemente [Cf. p. 5, nota 8].